

19 a 21 de outubro Ponta Grossa - PR - Brasil

AS CONCEPÇÕES DO TERMO INOVAÇÃO SOCIAL E OS PRESSUPOSTOS INTERPRETATIVISTAS NO CENÁRIO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

THE CONCEPTIONS OF THE TERM SOCIAL INNOVATION AND INTERPRETATIVE ASSUMPTIONS IN THE SCENARIO OF APPLIED SOCIAL SCIENCES

ÁREA TEMÁTICA: ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Cledinei Clóvis de Melo Cavalheiro , UNIVALI, Brasil - clovis.cavalheiro@gmail.com

Daiane Johann - UNIVALI, Brasil - daianejohann@yahoo.com.br

Alessandra Yula Tutida, UNIVALI, Brasil - sachatutida@hotmail.com

Eduardo Bugs Gonçalves, UNIVALI, Brasil - edbugs1976@gmail.com

Resumo

Este ensaio teórico busca aliar o conceito de Inovação Social, à luz das Perspectivas propostas por Choi e Majumdar (2015), dos conceitos de Inovação Social atualmente em voga no ambiente acadêmico e dos constructos teóricos advindos recentemente da Tradição Interpretativista das Ciências Sociais Aplicadas. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada a pesquisa bibliográfica, com base em referenciais teóricos do campo da Inovação Social e dos Pressupostos Interpretativistas, utilizados nas Ciências Sociais Aplicadas. Observou-se que há uma contraposição de bases filosóficas e epistemológicas do conhecimento, bem como dos métodos para sua construção o que, de certo modo, influencia na forma como estes conceitos são aplicados às Ciências Sociais, em especial, à Administração. Partiu-se do estudo dos Pressupostos Interpretativistas, procurando compreender como são trabalhados e de que maneira podem oferecer contribuições para uma nova compreensão acerca da Inovação Social, mormente no que tange às Organizações do Terceiro Setor, buscando a contemporaneidade de conceitos e uma maior objetividade de sua aplicação em termos da busca dos objetivos assumidos pelas organizações sociais com vistas a que seja ultrapassado o paradigma da mera construção de conceitos e teorias.

Palavras-chave: Inovação Social. Pressuposto Interpretativista. Ciências Sociais Aplicadas.

Abstract

This theoretical essay seeks to combine the concept of Social Innovation, in the light of the Perspectives proposed by Choi and Majumdar (2015), the concepts of Social Innovation currently in vogue in the academic environment and the theoretical constructs that have recently emerged from the Interpretative Tradition of Applied Social Sciences. In order to achieve the proposed objective, bibliographic research was carried out, based on theoretical references in the field of Social Innovation and Interpretative Assumptions, used in Applied Social Sciences. It was observed that there is a contrast between philosophical and epistemological bases of knowledge, as well as the methods for its construction, which, in a way, influences the way these concepts are applied to Social Sciences, especially to Administration. It started from the study of Interpretative Assumptions, seeking to understand how they are worked and how they can offer contributions to a new understanding about Social Innovation, especially with regard to Third Sector Organizations, seeking the contemporaneity of concepts and a greater objectivity of its application in terms of pursuing the goals assumed by social organizations with a view to overcoming the paradigm of mere construction of concepts and theories.

Keywords: Social Innovation. Interpretivist assumption. Applied Social Sciences.

1. Introdução

A palavra inovação advém da palavra latina *innovātus*, em que *in* significa movimento para dentro, e *novus* significa novo. Então, inovação significa o movimento em busca do novo (GRIZENDI, 2011).

Para Dogson, Gann e Phillips (2014), a inovação é definida como o sucesso na aplicação de novas ideias, gerando resultados positivos para uma organização. Em conformidade com esta aceção, Oliveira et al. (2014) descrevem a inovação como sendo a possibilidade de realizar uma ação capaz de gerar valor à organização, através de um “fazer novo”, ou seja, inovação tem como consequência a mudança de paradigma interno da empresa.

Evidentemente, a inovação tornou-se tema recorrente nas discussões sobre competitividade e desenvolvimento econômico, ainda mais como sinônimo de novidade na mídia, em anúncios de jornais, revistas, *outdoors* ou meios eletrônicos, provocando o afastamento do significado inicialmente estabelecido por Joseph Schumpeter e que até hoje serve como conceito básico na maioria dos estudos acadêmicos, em particular os que se vinculam à geração de valor econômico.

Com relação ao conceito de inovação assumido para a pesquisa desenvolvida neste trabalho, partimos da teoria de Bignetti, Capra e Thomas (2008), os quais afirmam que os estudos sobre a gestão da inovação têm seguido fundamentalmente os ditames schumpeterianos. De fato, Schumpeter se revela como um dos autores mais citados pelos pesquisadores, principalmente nas ciências sociais aplicadas.

O conceito de inovação também envolve o desenvolvimento e a implementação de novas ideias, segundo Van de Ven (1986), utilizadas pelas organizações para promover mudanças que surgem em resposta às alterações do ambiente externo, ou como ação preventiva para influenciar o ambiente em que atuam (DAMANPOUR, 1996). A partir dessa concepção, a inovação é percebida como estratégia para a competitividade, de modo a ampliar as possibilidades econômicas para as organizações (SCHUMPETER, 1982).

2. Problema de Pesquisa / Objetivos

Sabe-se que, historicamente, o termo inovação era relacionado às questões de competitividade e lucratividade, destacando como elemento principal a inovação tecnológica de produtos (bens ou serviços), enquanto condição para o crescimento e desenvolvimento econômico. Por ser considerada como a mais importante fonte de competitividade, vários estudos foram dedicados à inovação, resultando na criação de manuais que se tornaram referência, como o Manual de OSLO, Manual de Bogotá e o Manual de Frascati (CONDE; ARAÚJO-JORGE, 2003).

Deve-se considerar que a compreensão acerca do fenômeno da inovação poderá promover o seu entendimento e aplicação que avança no âmbito social, as chamadas Inovações Sociais (D'AMARIO e COMINI, 2018). Na literatura, alguns estudos nesta direção foram empreendidos por Sgaragli (2014); Howaldt et al. (2016); Braithwaite (2018) e Domanski; Kaletka (2018) enfatizam a inovação com o aspecto das políticas sociais. Porque a inovação busca-se a produzir resultados sociais que beneficiam a sociedade em primeiro lugar, diferentemente das noções econômicas tradicionais sobre inovação, surgem as Inovações Sociais (BIGNETTI, 2011; MAURER, 2017).

Tal diversidade desdobra-se, ainda, na evidenciação do que representaria um ambiente organizacional propício à inovação, além de um esperado desdobramento em tipologias de inovação. De acordo com Gollo (2006), os ambientes (organizações, arranjos produtivos, regiões e países) que conseguem desenvolver e difundir inovações, possuem um diferencial para lidar melhor com as mudanças de mercado, situando-se nas fronteiras do conhecimento.

3. Fundamentação Teórica

Em um primeiro momento, torna-se importante buscar estabelecer o conceito de inovação social, que servirá como base para continuidade deste trabalho.

3.1 Inovação Social

O termo inovação social, visando à satisfação das necessidades humanas, foi utilizado pela primeira vez por Taylor (1970), atribuindo à inovação social a ideia de novas maneiras de responder a uma necessidade, por exemplo, os problemas da pobreza, do desemprego e da criminalidade.

As organizações não governamentais poderão apresentar, se partirmos daquilo que preceitua Taylor (1970), um crescente desempenho de suas ações, tendo em vista que estimularam um grande setor da economia do bem-estar, cuja finalidade é gerar um impacto social positivo junto às comunidades das periferias urbanas.

A partir das pesquisas sobre inovação, foram surgindo outras dimensões sobre esse construto. Um exemplo que pode ser citado é o de Mulgan et al. (2007, p. 11), que se referem à inovação social como “atividades e serviços inovadores que são motivados pela meta de um encontro com a necessidade social e que se difundem predominantemente entre as organizações que têm como primeiro propósito o social”. André e Abreu (2006, p.124) entendem a inovação social como “uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social”.

De fato, a inovação social é um campo que vem predominando nas pesquisas e estudos realizados pelas Ciências Sociais Aplicadas e várias proposições têm sido apresentadas para dirimir a dúvida acerca da sua função e definição. Dentre os tipos de

inovação, a sistêmica (DRUCKER, 2003) chama a atenção por fixar o significado de mudança à inovação, fazendo referência à especificação econômica e social.

O interesse pelo assunto deu-se justamente, como afirmam Murray et al. (2010), pelo fato de as estruturas existentes e as políticas estabelecidas mostrarem-se insatisfatórias na eliminação dos problemas dos tempos atuais, como a pobreza, o desemprego e as desigualdades, dentre outros.

Maurer, Marquesan e Silva (2010) consideram que as inovações sociais não pretendem seguir essencialmente uma lógica de competição de mercado, em contraste ao acentuado aspecto econômico ou tecnológico dos variados tipos de inovação, mas sim buscar o atendimento de uma necessidade urgente: geração e manutenção de um bem-estar geral da sociedade e daqueles que se encontram marginalizados.

Moulaert et al. (2013) entendem que as inovações sociais se apresentam como soluções progressivas e aceitáveis para uma série de problemas de exclusão, privação, alienação, ausência de bem-estar, com ações que contribuam positivamente para o progresso humano e para o desenvolvimento, destacando-se o aspecto processual sincrônico e diacrônico destas ações, o que mais uma vez evidencia a mudança de aceções e paradigmas acerca do tema.

Deste modo, as inovações sociais ficariam restritas não somente ao campo econômico, mas teriam reflexos sobre diferentes áreas da vida humana, buscando, como já citado anteriormente, proporcionar respostas para as mazelas sociais e para uma melhor organização das sociedades e grupos mais carentes, realidade esta perceptível no contexto brasileiro, em especial nas regiões Norte e Nordeste, nas quais a FYA (Fundação Fé e Alegria do Brasil) possui reconhecida atuação.

Na área das Ciências Administrativas, a inovação social refere-se às mudanças ocorridas nas relações dos indivíduos e do trabalho, sendo que o nível da mudança, num ambiente organizacional, levaria a impactos econômicos na sociedade, como pontuado por Maurer, Marquesan e Silva (2010). Entende-se, então, que o desenvolvimento social impacta diretamente no desenvolvimento econômico, seja de uma organização em particular, seja da sociedade como um todo.

No processo da inovação social, elementos como globalização, ações de consulta, participação, mobilização e coordenação de recursos internos e externos podem proporcionar um debate que auxilie na superação dos obstáculos encontrados numa organização. Dessa forma, a discussão acerca da inovação social vem alinhada à discussão de uma “outra” economia, a social (esfera internacional) ou solidária (esfera nacional).

Ademais, conforme já demonstrado anteriormente, diversos autores afirmam que a inovação social é um modo de criar novas respostas aos desafios enfrentados pela sociedade. É um campo que pode ser desenvolvido em todos os setores nos quais as iniciativas mais efetivas ocorrem quando existe a colaboração entre os diferentes atores, comunidades e gestores. Ela é, portanto, uma nova ideia que atende às necessidades sociais e cria novas relações.

A inovação social, portanto, é, sobretudo, um fenômeno que eleva a capacidade de agir da sociedade (MURRAY et al., 2010), de promover a inclusão social e “empoderar” os atores envolvidos (ANDRÉ; ABREU, 2006), cumprindo um processo de aprendizagem coletivo com base no potencial dos indivíduos e dos grupos para a realização de transformações sociais, visando ainda à formação de novas relações sociais e até novas estruturas (BIGNETTI, 2011).

Segundo Howaldt e Hochgerner (2018), em uma das pesquisas mais recentes publicadas pelo projeto SI-DRIVE,⁵ propõem uma definição que busca integrar diferentes significados,

eventualmente conflitantes. Os autores, com base em resultados empíricos e em Schumpeter, definem a inovação social como [. . .] uma nova combinação de práticas sociais em certas áreas de ação ou contextos sociais [. . .] conduzidas por determinados atores de maneira direcionada e intencional com o objetivo de satisfazer ou responder melhor às necessidades e problemas do que seria possível com base nas práticas estabelecidas (HOWALDT; HOCHGERNER, 2018, p. 18).

Tendo como base as diversas definições de inovação social, apresentadas pelos autores citados ao longo deste estudo, foi elaborado um quadro que demonstra resumidamente as principais definições de Inovação Social. Seu objetivo é facilitar o entendimento dos pressupostos dos quais cada autor partiu para elaborar seus conceitos e uma definição para o termo Inovação Social, visto que o mesmo que tem despertado interesse crescente nas discussões acadêmicas e, mais recentemente, ganhou sua relevância para o cenário social, em razão de alguns acontecimentos de ordem mundial, tais como a pandemia da COVID-19.

Quadro 1 - Definições de Inovação Social

Autor	Conceitos
Taylor (1970)	Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.
Moulaert et al. (2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (<i>empowerment</i>) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan et al. (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais.
Phills Jr. et al. (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade com o todo e não o indivíduo em particular.
Pol & Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida.
Murray et al. (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.
Nobre e Ribeiro (2013)	O trabalho conjunto e compartilhado entre a sociedade e as empresas pode proporcionar o desenvolvimento de novos mercados e negócios. A concepção, desenvolvimento e estratégias de negócios que contemplem questões de cunho social é uma forma de aperfeiçoar a organização para se manter em constante evolução.
Maurer e Silva (2014)	As inovações sociais são vistas como alternativas para resolver problemas sociais e ambientais enfrentados pela humanidade. No entanto, o termo abrange uma ampla gama de definições que podem incluir uma variedade de iniciativas.
Choi e Majumdar (2015)	Apresentam sete ramos da literatura que oferecem diferentes perspectivas sobre inovação social, sendo elas: a Sociológica, a da Pesquisa Criativa, a do Empreendedorismo, a da Economia do Bem-estar, a Visando à Prática, a da Psicologia Comunitária e a do Desenvolvimento Territorial.

Van der Have e Rubacalba (2016)	Afirmam que o interesse da inovação social nas áreas de gestão e empreendedorismo é recente dentro do período considerado e que esta temática está refletida dentro dos grupos definidos, por isto não há uma área específica para tal.
Wigboldus (2016)	Sugere, para definir Inovação Social, uma simplificação da inovação como algo que é social por natureza, ou seja, que emerge a partir campo da realidade, das experiências sociais, da interação entre os homens de modo particular e da interação entre os indivíduos dentro de uma sociedade.
Agostini (2017)	Demonstra que a Inovação Social é um processo essencial para a evolução da sociedade e da busca de alternativas sustentáveis para o bem-estar coletivo.
Gallouj et al. (2018)	Define a Inovação Social a partir da perspectiva da inovação em serviços e propõe um framework para análise da relação entre indústria de serviços e Inovação Social.
Costa (2019)	Compreende que a Inovação Social é estruturada e difundida em um grande arranjo diverso de indivíduos e organizações, transpondo fronteiras físicas e sociais, e em todo esse percurso, existem conhecimentos criados e aprimorados que estão tácitos, incorporados nos indivíduos naquele espaço de tempo e localização, que se não forem percebidos poderão desaparecer.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O quadro apresentado acima mostra que a inovação social é um tema que tem sido alvo de estudos teóricos e da formulação de conceitos e teorias sobre o assunto deste a década de 1970. Os autores arrolados acima, em seus estudos, procuraram desenvolver teses que têm por objetivo apresentar a concepção acerca do que se entende por inovação, hodiernamente restrita ao que tem sido chamado de 'inovação social'.

Choi e Majumdar (2015) identificam os três principais usos do conceito de inovação social, a saber: a criação de valor social, a indução de mudança de valores sociais, e a proposição de um modelo para ser utilizado na análise das inovações sociais existentes. No campo do empreendedorismo social, procurou-se dar ênfase ao modelo que considera as características formais, as mudanças reais na prática e na estrutura social que induz, e o valor social que ele cria, tendo como base de objeto de estudo a atuação da institucional Fé e Alegria no Brasil.

Com relação a esta face da Inovação Social, Rabadjie e Butzin (2019) afirmam comentam que as Inovações Sociais receberam muita atenção nos últimos anos, em programas e pesquisas científicas (EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017; European Commission, 2013; HOWARD e SCHWARZ, 2010; MOULAERT, RÜEDE e LURTZ, 2012; Mac CALLUM, MEHMOOD e HAMDOUCH, 2014). Tendo em vista a necessidade de atualizar os referenciais teóricos e estar em contato com o que há de mais contemporâneo nos estudos sobre o tema por parte da academia, recorre-se ao que afirma Chueri (2018) ao constatar que “poucos estudos no ambiente acadêmico têm sido produzidos acerca da Inovação”, fator este que levou a observação da utilização da metáfora de ecossistemas para diferentes ambientes, porém com poucas definições acerca do constructo Inovação Social.

3.2 Concepções mais usadas do termo Inovação Social

A partir da literatura concebe-se que existem diversos usos do termo inovação social. Alguns pesquisadores veem inovação social como um conceito muito amplo, ao passo que outros consideram diferentes fenômenos muito específicos como inovações sociais. Entretanto, existem também congruências entre diferentes usos de inovação social.

Choi e Majumdar (2015) afirmam que o uso do termo inovação social pode ser entendida como sendo a descrição dos processos de mudança social. Entendem, ainda, que o termo pode ser usado para descrever inovações que são tangíveis ou intangíveis e se manifestam somente ao nível da prática social.

Por último, destacam que o termo inovação social é usado para descrever inovações que visam à criação de valor social e induzir mudanças sociais positivas. As diversas compreensões de inovação social não precisam ser exclusivas umas das outras, mas ressaltam diferentes ênfases em aspectos específicos do conceito. Cada um dos três usos será delineado a seguir.

Deste modo, “uma inovação é, portanto, social na medida em que varia a ação social e é socialmente aceita e difundida na sociedade, seja em toda a sociedade, em partes maiores ou apenas em certas subáreas da sociedade afetados (BUTZIN et al., 2014). Assim sendo, passou-se a entender que a Inovação Social abrange novos arranjos sociais, organizacionais e institucionais que clamam por transformação social e pode ser subdividida em três vertentes principais: políticas públicas, espírito empresarial social e desenvolvimento participativo (GREGOIRE, 2016).

Na concepção de Rao-Nicholson, Vorley, Kahan (2017), a Inovação Social é orientada para as necessidades sociais, buscando alternativas para que os atores sociais possam identificar e agir de maneira diferenciada sobre seus problemas, em vista de promover a mudança social.

3.3 Inovação Social como Mudança Social

Nichols e Murdock (2012) afirmam que inovação implica não somente novidade, mas também o senso de *renovação*. É esta noção de renovação que dá origem ao uso de inovação social para descrever processos de mudança e transformação social da sociedade como um todo. Segundo Choi e Majumdar (2015) inovação social é concebida como sinônimo de mudança social. Neste caso, o termo não indica novos produtos específicos ou serviços que induzem mudança social, mas antes, a própria mudança social que manifesta estruturas sociais em mudança.

Assim sendo, inovação social significa o estabelecimento de novas estruturas, mais do que específicos novos modelos, produtos, ou serviços que têm por objetivo uma mudança social. Por exemplo, Heiskala (2007) define inovação social como mudanças nas estruturas culturais, normativas ou regulamentares da sociedade.

Esta compreensão de inovação social como mudança social não nega que novos serviços, produtos ou tecnologias induzem mudança na estrutura social, mas veem as mudanças sociais resultantes como inovação social e como a renovação de estruturas sociais já existentes, sendo, portanto, relevante para a área da sociologia e das organizações para investigação a respeito da evolução social cultural.

3.4 Inovação Social como Inovação Intangível

Os estudos de Choi e Majumdar (2015), para exporem esta compreensão, partem das proposições de Franz et al. (2012) e argumentam que a intencionalidade da inovação social é o que a distingue da mudança social, já que mudança social meramente acontece. A segunda concepção de inovação social vê, por isso, as inovações sociais como meios visados para alcançar objetivos específicos.

O elemento “social”, em inovação social, denota, nesta concepção, que a inovação não é manifestada com um objeto material, mas ocorre no nível de interação social e prática social, enquanto o foco da concepção da inovação social como mudança social trata da consequência de longo alcance para a prática social e a estrutura social, ressaltando inovações sociais como

novos serviços implantados, novos modos de produção, novas reformas políticas, entre outros, utilizados intencionalmente para obter objetivos diferentes que podem ser econômicos ou sociais.

Esta compreensão de inovação social está em contraste com a inovação tecnológica e alguns pesquisadores tais como Howaldt e Schwarz (2010) preveem a transição de um paradigma da inovação de orientação tecnológica, que foi historicamente influenciada pela sociedade industrial, para um novo paradigma de inovação social que está formada pelo crescente setor de serviço. Esta compreensão de inovação social como inovações intangíveis é especificamente relevante para as Ciências Sociais.

Por outro lado, a mensuração de ativos considerados intangíveis para a contabilidade tradicional depara-se com um grande desafio que precisa por ela ser solucionado, que é o de atribuir valor econômico aos ativos intangíveis. Para Souza et al. (2020) “Índices são utilizados para mensurar o patrimônio intangível das organizações, de forma que reflita o seu real valor e evidencie o retorno proporcionado por estes nas demonstrações contábeis.” (DE SOUZA et al., 2020, p. 261)

3.5 Inovação Social como Inovação que visa à Criação de Valor Social

Segundo Choi e Majumdar (2015) o terceiro uso do conceito apresenta as inovações sociais como objetivo explícito de criação do valor social, e assim de positiva mudança social. Por isso, neste caso, o termo social denota que o propósito, a intencionalidade da inovação social é ir ao encontro de urgentes necessidades sociais e melhorar o bem-estar humano e socioambiental.

A partir desta ótica, não deve necessariamente manifestar-se somente no nível de interação e prática social, mas pode ser tão tangível como um novo produto ou uma nova tecnologia. Esta concepção de inovação social é relevante para áreas que pesquisam processos e mecanismos que têm por objetivo induzir positiva mudança social e criar valor social. Assim, é relevante para as áreas de empreendedorismo social, desenvolvimento territorial e psicologia comunitária.

Outro aspecto que Choi e Majumdar (2015) destacam altamente é a criação de valor social (AUSTIN et al., 2006; MCLEAN, 2006; SHARIR; LERNER, 2006). Este aspecto foi destacado em diversas descrições de empreendedorismo social, tais como as que levam em consideração o empreendimento social que tem primariamente uma missão social (NICHOLS, 2008; SEELOS; MAIR, 2005), criando riqueza social (ZAHRA et al., 2009) enfocando questões sociais e problemas (ALVORD et al., 2004), enfatizando necessidades sociais (SEELOS; MAIR, 2005; MAIR; MARTI, 2006).

O conceito de criação de valor social é carregado de valor e envolve comportamento virtuoso (MORT et al. 2003), objetivos altruístas e a promoção de finalidade social que implica, além disso, valores como liberdade, igualdade e a tolerância (MURPHY; MARVEL, 2007). Por outro lado, Nicholls e Cho (2006) observam que o conceito social é altamente complexo e, assim sendo, fica difícil avaliar o que o valor social efetivamente implica e quais atividades e projetos podem ser considerados como criadores de valor social.

Em concepção complementar, Hlady-Rispal; Servantie (2018) consideram que a Criação de Valor é diferente, quando levamos em consideração as pessoas envolvidas em seu processo, e como exemplo, citam o fato de que “pessoas com incapacidade, jovens sem-teto ou os que vivem em situação de risco” tem uma visão diferenciada sobre o que seria a Criação de Valor Social e suas consequências concretas.

Partindo desta proposição Pel et al. (2018) evidenciam “as lacunas de posições que

reduzem a Inovação Social às redes de suporte de apoio a “alguns heróis” (sejam eles movimentos sociais, empreendedores sociais, organizações comunitárias ou outros)”.

Nesta mesma direção, Lévesque (2016), afirma de maneira inequívoca, que a maioria dos estudos recentes “se baseia na literatura sobre inovação, importando os modelos para o campo social, sem o devido cuidado de considerar as particularidades das dinâmicas de Inovação Social”. Uma outra compreensão importante é de que se devem estabelecer frameworks menos normativos e que saiam da armadilha de estabelecer receitas prontas ou modelos tautológicos para explicar a inovação social e seus efeitos.

Concluimos, dessa forma, que não somente a criação de valor social é um aspecto integral do empreendedorismo social, mas também que o seu conceito, por si mesmo, também é complexo e ambíguo, e por isso é um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento do empreendedorismo social na sociedade. Em razão disto, a atualização dos pressupostos e teorias que são utilizados para seu estudo pode fornecer uma valiosa intuição para que se repensem as práticas administrativas até então adotadas e se torne mais contemporâneos os conceitos associados à Inovação Social e Criação de valor em Organizações do Terceiro Setor.

4. A Tradição Interpretativista nas Ciências Sociais Aplicadas

Ao longo de séculos, filósofos e cientistas se empenham para formular bases filosóficas e propor métodos científicos que contribuam para tornar o desconhecível em conhecível, o intangível em tangível, bem como a subjetividade em objetividade (TEIXEIRA, 2012). Diversas teorias foram surgindo neste sentido, sem que nenhum deles fosse considerado unânime, nem no meio acadêmico e nem fora dele, em razão da possibilidade de questionamento das bases filosóficas e dos métodos que sustentam a criação do conhecimento.

De acordo com Prolo, Lima e Silva (2018), se percebe que no contexto do produtivismo acadêmico, recorrentemente, pesquisadores do campo de estudos organizacionais têm adotado paradigmas e procedimentos alinhados ao *mainstream* (ALCADIPANI, 2011;2017; VERGARA; CALDAS, 2005). O objeto de estudo do campo de estudos organizacionais – as organizações–reforçaessatendência uma vez que a expectativa por resultados concretos leva a reincidência do uso de abordagens de caráter funcionalista (DUARTE; ALCADIPANI, 2015; MORGAN, 2010; SERVA, 1997; WEBER, 1997). Apesar desta tendência, o referido campo de estudo também tem sido enriquecido com a adoção de abordagens interpretativas e críticas (BURRELL; MORGAN, 1979; MOTTA, 2001). (PROLO; LIMA; SILVA, 2018, p. 26)

Surge, neste contexto, o conceito de intersubjetividade, entendida como a capacidade do ser humano em relacionar-se com seu semelhante ou com um objeto, o que representa a compreensão do outro acerca de um determinado fenômeno, que traz à tona a existência de múltiplas realidades e justifica a adoção do paradigma interpretativista para a compreensão da intersubjetividade.

No campo das Ciências Sociais Aplicadas, o paradigma interpretativista colabora para que se estabeleça uma discussão sobre a crescente utilização deste paradigma nos estudos organizacionais, sem desconsiderar os desafios implicados, o que é feito por meio do resgate epistemológico histórico das nuances e pressupostos que dão base à tradição interpretativista. Além disso, considera-se que a relação do ser humano, seja com outros seres humanos ou com os ambientes social o natural, instiga múltiplas interpretações da realidade a depender do ponto de vista adotado (ALDAWOD; DAY, 2017; FREITAS, 2017).

5. As pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas baseadas no rigor científico

De acordo com alguns autores, a complexidade do mundo impõe aos pesquisadores

desafios para sua compreensão, bem como, a necessidade de uma constante reformulação de conceitos e teorias para busca de novas soluções para os problemas. Neste cenário, as Inovações Sociais ganham importância, pois por meio delas é que muitas destas reformulações de conceitos são colocadas em prática e tem sua eficiência testada.

Acerca disto, Santos (2010) evidencia as limitações do paradigma da ciência moderna e reúne algumas ideias que sustentam o que nomeia de paradigma emergente de ciência. Assim sendo, ao fazermos um percurso histórico, é possível perceber que o cerne desta discussão é o rigor científico derivado dos fundamentos da matemática, que conduz à redução da complexidade, na qual o conhecer está atrelado ao fato de dividir e classificar para depois relacionar com o que foi separado (DESCARTES, 2001; MILES; HUBERMAN, 1984).

O paradigma interpretativista pode ser considerado um grande guarda-chuva como colocam Burrell e Morgan (1979) no seu trabalho no qual os autores apresentam possibilidades epistemológicas de como entender as organizações. Mas o principal ponto do paradigma interpretativista é que o mundo social não deve ser entendido como o mundo natural (físico), ou seja, no mundo social são os significados atribuídos pelas pessoas para objetos e as situações que recebem importância. Assim, são as interpretações dadas que recebem maior valor (HATCH; YANOW, 2003). Ao tomar como base esta premissa, no paradigma interpretativista a realidade não é dada a priori, mas construída a partir das interações dos indivíduos que entendem a realidade com base nas interpretações feitas das situações vividas (HATCH; YANOW, 2003).

6. Diferentes paradigmas e suas implicações nas pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas

Atualmente, o paradigma positivista orienta pesquisas das Ciências Naturais, mas também tem forte influência nas Ciências Sociais Aplicadas, uma vez que dispõe de pressupostos metodológicos e filosóficos consolidados. Surge uma dicotomia entre os paradigmas adotados e sua influência nas pesquisas realizadas, em especial, na academia. Neste sentido, Guba e Lincoln (1994) asseguram que a escolha da visão de mundo está relacionada ao paradigma que representa um conjunto de crenças e princípios sobre a realidade.

Em termos concretos, podemos afirmar que a metodologia é um ramo da epistemologia, uma vez que representa o caminho para chegar ao conhecimento científico. Assim sendo, os paradigmas são estratégias metodológicas que permitem construir teorias a partir de algumas etapas, quais sejam: observação, interpretação e análise (dos fenômenos) e testagem de teorias. As hipóteses surgem como proposições que podem ser testadas para validar o conhecimento gerado. Assim sendo, torna-se possível afirmar que a principal função da metodologia é definir os procedimentos que serão adotados na investigação, dentre as quais se destacam as técnicas de coleta e tratamento dos dados.

De acordo com Prolo; Lima; Silva (2018), a forma de compreender o pensamento pode ser analisada, ainda, partindo-se das seguintes acepções as metodologias não podem ser usadas de forma indiscriminada nas ciências naturais para as ciências sociais. Para tanto, cabe respeitar os três conjuntos de pressupostos anteriormente descritos, uma vez que o mundo social é substancialmente distinto do mundo natural.

Deste modo, surgem novos conceitos e propostas de interpretativismo, a serem aplicadas especificamente às Ciências Sociais Aplicadas, em razão das particularidades pertinentes ao seu campo de estudo, visando resolver a relação dicotômica que se apresenta, na qual são contrapostos o paradigma funcionalista (de abordagem objetiva) e o interpretativista (de abordagem subjetiva).

7. Uma proposta de interpretativismo nas Ciências Sociais Aplicadas

No campo das Ciências Sociais Aplicadas, o paradigma interpretativista é uma referência na compreensão do conhecimento intersubjetivo, pois é fundamental no entendimento do mundo social, considerando o ponto de vista, a cultura e os inter-relacionamentos dos atores sociais envolvidos diretamente no processo social, em especial, no que diz respeito à Inovação Social.

Para que a pesquisa seja realizada dentro de parâmetros adequados e se assegure que os dados coletados sejam tratados da forma adequada, convém fazer memória do que afirma Medeiros (2018), ao propor que a visão adotada pelo pesquisador pode ser, em alguns casos, um “fator limitador a todas as pesquisas de natureza qualitativa”. Isto ocorre porque, mesmo que exista um objetivo principal a ser perseguido para realização do trabalho com imparcialidade, deve-se considerar, segundo a autora, que “o investigador está confrontando constantemente suas opiniões e pressupostos com aqueles apresentados no trabalho e este pode ser um fator limitante”.

Na academia, o positivismo tem prevalecido como a abordagem adotada pela maioria dos pesquisadores na área das Ciências Sociais Aplicadas, sendo seu conceito mais utilizado o que entende que deve-se partir, nos estudos de base científica, da concepção que considera “a crença de que o mundo pode ser melhor compreendido por meio da investigação científica” (NELSON, 2006, p. 1) ou “uma posição filosófica de acordo com a qual há ligações próximas entre as ciências sociais e naturais, as quais compartilham uma estrutura lógica comum” (ELWELL’S, 2006, p. 1.). Os estudiosos que baseiam seus estudos em uma postura positivista analisam sempre um fenômeno com o propósito de encontrar uma relação de causa e efeito, acreditando que há somente uma explicação para o mesmo e consideram verdade absoluta os seus achados, ignorando as variantes espaço-temporais.

Em se tratando dos escopos metodológico, ontológico, epistemológico e de natureza humana, ocorre um rompimento com a visão dominante de ciência orientado para o funcionalismo. Destaca-se que o paradigma funcionalista é insatisfatório para pesquisas nas ciências sociais, uma vez que adota métodos das ciências naturais, conhecidamente pautados na isenção de valor (SANTOS, 1988; VERGARA; CALDAS, 2005).

O Interpretativismo procura respostas capazes de desvendar a subjetividade de um conhecimento intersubjetivo na investigação científica, com base na natureza fundamentalmente problemática e complexa da experiência e do comportamento humanos. Assim sendo, a ciência avança como uma possibilidade de contribuir para exercícios interpretativos, pois “o homem tem necessidade de acreditar na realidade dos sentidos e das significações” (SILVA, 2009, p. 45).

Pode-se, assim, afirmar que o enfoque principal do interpretacionismo reside em desenvolver uma teoria para a explicação social da realidade, considerando o ponto de vista dos atores humanos, não tendo como principal preocupação a realidade objetiva do mundo social e sim o seu significado subjetivo, a busca de respostas aos acontecimentos sociais que podem revelar as estruturas sociais relevantes para o engajamento da mudança social (BURRELL; MORGAN, 1979; TOMAZETTE, 2008).

De acordo com Vergara e Caldas (2005, p. 66), no universo dos estudos organizacionais “o interpretacionismo questiona o objetivismo arraigado na doutrina funcionalista, enquanto a vertente crítica combate sua inclinação à regulação e à manutenção da ordem social, ou seja, a sua falta de engajamento em prol da mudança social”. Por outro lado, o interpretacionismo representa a ruptura de uma tradição de pesquisa dominante e torna-se alternativa nas investigações científicas sobre as organizações a partir da década de 1980, sem limitar-se a uma única forma de conhecer a realidade (AMBONI et al., 2017).

Como contraponto ao que foi apresentado pelos autores que foram citados, o conceito de paradigma interpretativista consolida-se nos estudos organizacionais ao conseguir explicar que nas organizações encontram-se processos surgidos de ações propositais das pessoas, onde pode ser entendida a intencionalidade na medida em que o pesquisador e o pesquisado interagem entre si, gerando sentido ao mundo.

8. Pressupostos Interpretativistas

O primeiro dos pressupostos interpretativistas que serão analisados neste estudo é o Pressuposto Axiológico. Os principais autores que se destacam neste tipo de estudo são Hirschman e Holbrook (1986 apud SZMIGIN; FOXAL, 2000), que lançam as bases de seus estudos em pressupostos axiológicos da corrente interpretativista, que propõe que os seres humanos constroem múltiplas realidades. Para um teórico interpretativista, ao ser realizada uma pesquisa, este deve utilizar como base para análise de um fenômeno as conotações particulares para aquele que julga serem pertinentes ao estudo do caso, o que nos permite depreender que, possivelmente, se outro pesquisador analisasse o mesmo fenômeno, ele seria visualizado e sua análise seria feita de maneira diferente, pois o mesmo objeto pode ser estudado a partir de diferentes interpretações.

Surge um segundo pressuposto – o Ontológico, no qual se parte dos estudos de Ozzane e Hudson (1989 apud SZMIGIN; FOXAL, 2000), os quais sentenciam que a realidade é mental e perceptual, pois diferentes percepções resultam em diferentes realidades, o que tem ligação com o modelo voluntarístico no que tange à natureza dos seres sociais, ou seja, os autores citam que os seres sociais determinam o meio no qual os mesmos estão inseridos.

Há uma outra corrente, à qual estão associados Hirschman e Holbrook (1986 apud SZMIGIN; FOXAL, 2000). Estes autores entendem que múltiplas realidades existem, contudo, há a possibilidade de existir a realidade objetiva em algumas áreas da natureza. Eles ainda adotam uma posição intermediária no que se refere à natureza dos seres sociais, pois afirmam que tudo depende de tudo, ou seja, nada é independente.

Um terceiro tipo de compreensão pode ser a que encontramos em Sandberg apud Weber (2004), que buscam diferenciar o interpretativismo e o positivismo, no que se refere aos aspectos ontológicos, diz respeito à separabilidade entre da pessoa – o pesquisador, e a realidade – o objeto. Ao partirmos deste ponto de vista, julgamos prevalecer o entendimento proposto por vários outros autores de que o positivismo parece propor que o pesquisador pode ser uma entidade totalmente afastada do fenômeno a ser estudado, propiciando um distanciamento que permite ao indivíduo fazer constatações definitivas sobre o objeto estudado, estabelecendo relações de causa e efeito.

Surgem os Pressupostos Epistemológicos, que asseveram que os pesquisadores que comungam na abordagem interpretativista tentam identificar padrões de comportamento, uma vez que parte da ideia de que o mundo é muito complexo e mutável para tentar identificar relações causais. Em seus estudos, não costumam entrar no campo com relações identificadas para serem testadas, já que o desenho da pesquisa se desenvolve com o ambiente em mutabilidade (THOMPSON; LOCANDER; POLIO, 1989).

Por isso, Gubrium e Holstein (2000) apontam que “as pesquisas com abordagem interpretativa apontam os “comos” – advindos das práticas discursivas de origem etnometodológicas – e os “o quês” – embasados nos discursos-na-prática, oriundos da análise do discurso de Foucault dos fenômenos sociais, diferentemente das investigações de caráter quantitativo sociológico, que primam pela busca dos “por quês”.

Por último, os Pressupostos Metodológicos apresentam muitos questionamentos no que

tange a abordagem interpretativista, uma vez que alguns autores, como Larsen e Wrigth (1997) afirmam que, quando partimos de uma disciplina interpretativa madura, não há a preocupação sobre como os pesquisadores chegam a um determinado ponto de interpretação, ou seja, como a interpretação se encaixa com os dados apresentados. Deste modo, entendem que o método pode se tornar um inimigo da verdade, pois a verdade interpretativa surge da abertura.

Em contrapartida ao que acaba de ser afirmado, Hirschman e Holbrook (1986 *apud* SZMIGIN; FOXAL,2000), destacam que na investigação e compreensão do fenômeno, o pesquisador necessita, chegando a sugerir a utilização do método denominado “atuação” (*role taking*), no qual o pesquisador atua como se fora o pesquisado. Partindo deste olhar com relação ao seu objeto de estudo, o pesquisador é capaz de adquirir uma melhor compreensão da vida do objeto pesquisado, o que leva à realização de uma explicação descritiva que captura a riqueza e os detalhes das vidas das pessoas pesquisadas.

Emergem, ainda, os estudos de um outro teórico, Weber (2004), que afirma acreditar que os pressupostos metodológicos são os únicos que realmente diferenciam o interpretativismo do positivismo, pois os pesquisadores que deles se valem em seus trabalhos científicos tendem a escolher mais fortemente alguns métodos de pesquisa em detrimento de outros. O mesmo autor afirma, ainda, que os pesquisadores positivistas têm a tendência a utilizar métodos como experimentos, levantamentos e estudos de campo.

9. A Criação de Valor, Inovação Social e sua relação com os paradigmas de investigação

Ao analisar a Criação de Valor dentro das organizações, em especial as que atuam no Terceiro Setor, é possível perceber que a dinâmica de representações da realidade social torna-se complexa e subjetiva, mas carregada de significados que podem explicar fenômenos complexos. Deste modo, não existe uma realidade objetiva à espera de ser descoberta, uma vez que as verdades e os significados passam a existir somente no momento do envolvimento do pesquisador com o mundo (AMBONI et al., 2017; VERGARA; CALDAS, 2005).

Ressalta-se que muitos pesquisadores do campo dos estudos organizacionais utilizam o interpretacionismo como alicerce em suas pesquisas com o enfoque na subjetividade. Em particular, as pesquisas realizadas por Choi e Majumdar (2015) demonstram que é preciso destacar aspectos como cultura e simbolismo, identidade, poder, emoção, relações de gênero, cognição, prazer, emoção, estética e espiritualidade.

Paes de Paula (2016) se esforça para argumentar a existência de caminhos que promovem interações entre as diferentes abordagens sociológicas e defende uma matriz epistêmica que considera a relação da parte com o todo para gerar conhecimento, tendo como ligação o interesse cognitivo específico, seja técnico, prático ou emancipatório (Figura 1). Deste modo, as abordagens sociológicas explicam a realidade a partir de diferentes interesses, sejam eles cognitivos ou da própria abordagem.

Afirmam, ainda, os autores anteriormente citados que “as reconstruções epistêmicas que caminham para a fronteira de outras matrizes epistêmicas podem ser uma forma de superar essas limitações cognitivas na construção do conhecimento, de teorias e metodologias”. Para estes autores, o desafio da abordagem humanista seria transcender seus limites para um interesse técnico, na fronteira da matriz empírico-analítica

Com base nas reflexões feitas, acredita-se que o grande papel do pesquisador deve ser o de ter consciência dos pressupostos filosóficos que orientam a pesquisa que realiza, evidenciando a importância da reflexão epistemológica, o que pode contribuir para que o cientista possa refletir sobre os métodos, as práticas e os propósitos que nutrem sua relação com a sociedade.

As perspectivas propostas por Choi e Majumdar (2015) – Sociológica, da Pesquisa Criativa, do Empreendedorismo, do Bem-Estar, Visando à Prática, da Psicologia Comunitária e do Desenvolvimento Territorial – estão diretamente relacionadas com a Criação de Valor e foram aplicadas, neste estudo em particular, no que tange à avaliação da gestão das instituições do Terceiro Setor. Os estudos serviram como base para que se gerassem três dimensões mais utilizadas, a saber, da Mudança Social, da Inovação Intangível e da Criação de Valor (Choi e Majumdar, 2015).

No que diz respeito à Tradição Interpretativista nas Ciências Sociais Aplicadas, pode-se perceber que há uma dicotomia entre os paradigmas funcionalista e interpretativista, que podem contemplar o mesmo objeto, mas analisa-lo de maneiras diferentes. Contudo, as matrizes de conhecimento hermenêutico devem dar conta dos desafios impostos pela abordagem humanista, em especial, quando se fala em Inovação Social e Criação de Valor Social, realizando um estudo que deve ser de matriz empírico-analítica.

Como uma das formas de tentar solucionar esta lacuna em termos de teorias aplicáveis à gestão das instituições do Terceiro Setor, abriu-se mão dos Pressupostos Interpretativistas (Axiológico, Ontológico, Epistemológico e Metodológico), para procurar compreender a dicotomia existente entre pesquisador e objeto, suas convergências e divergências, para assim, trazer à tona uma nova forma de analisar os fenômenos estudados pelas Ciências Sociais Aplicadas.

10. Metodologia

O presente estudo foi realizado com base em uma pesquisa descritivo-exploratória. Enquanto estudo descritivo, buscou lançar luz sobre o assunto abordado, esclarecendo-o ao máximo por meio de revisão teórica pertinente ao objeto de estudo. Para instrumentalização desta etapa, tentou-se levantar o estado da arte acerca do tema e, a partir dele, realizar um avanço no que tange a proposição teórica sobre o tema.

De forma complementar, como estudo exploratório, busca levantar informações relevantes, que permitam a problematização do assunto e a consequente realização de pesquisas futuras. Neste porto, o estudo buscou levantar a evolução histórica dos termos-chave utilizados, com vistas a chegar a uma definição atual sobre a Inovação Social, estabelecendo sua congruência com os Pressupostos Interpretativistas, em especial, no campo das Ciências Sociais Aplicadas e, mais especificamente em Administração.

Ainda no que tange à metodologia utilizada, foi também necessário lançar mão de ferramentas de pesquisa bibliográfica para análise dos diferentes ângulos e abordagens de teóricos que versam sobre o tema da pesquisa, uma vez que foi necessário garimpar dados, em diferentes fontes bibliográficas, para que se pudesse realizar com sucesso a pesquisa.

11. Conclusão

O presente ensaio teórico teve o propósito de contribuir para reflexão acerca da maneira como alguns teóricos apresentam suas postulações, refletindo sobre o papel epistêmico que o conhecimento possui, dentro das Ciências Sociais Aplicadas, buscando identificar quais os paradigmas e pressupostos utilizados para análise dos fenômenos, em especial os sociais, que estão sob o leque deste campo de conhecimento. Buscou também levar à reflexão acerca da abordagem da Tradição Interpretativista para compreender a concepção da Inovação social nas organizações que tem suas implicações e seus desafios para as ciências sociais aplicadas.

Por fim, se pretende contribuir para o entendimento dos pressupostos das ciências sociais e assim colaborar para a construção de um conhecimento sobre a inovação por meio da tradição interpretativista, com enfoque nas Organizações do Terceiro Setor. Porque tanto as

ciências naturais quanto as ciências sociais integram um movimento interdisciplinar. Esse conjunto de desafio os contribui para que os cientistas levem em consideração as questões filosóficas típicas da prática científica e sobretudo quando está exposta a pressão por produção intelectual sobre os temas sociais.

A Inovação Social somente pode ser compreendida quando se parte de um estudo inicialmente empírico (sem a postulação de teorias ou a formulação de teses) para que, a partir das ferramentas fornecidas pelos conhecimentos técnicos e referenciais teóricos disponíveis, realizar um estudo analítico, trilhando um caminho de construção de um conhecimento intersubjetivo, por meio da tradição interpretativista, que passa pela subjetividade e propõe novas teorias no campo das Ciências Sociais Aplicadas.

A limitação deste estudo está no fato de que não foi possível dar conta da realização de uma pesquisa ampla acerca dos paradigmas utilizados como base para os estudos desenvolvidos pelas Ciências Sociais Aplicadas, adotando métodos que os expliquem de forma objetiva. Assim sendo, a oportunidade de estudos futuros está centrada na ampliação e revisão do estudo ora realizado, com vistas à busca de novos significados e proposições para os fenômenos estudados pela Administração.

REFERÊNCIAS

- BIGNETTI, L.B.; CAPPRA, C.; THOMAS. Estudos nacionais e internacionais sobre gestão da inovação: uma análise dos principais autores e das vertentes teóricas atuais. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXII, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro, 2008.
- CHOI, N.; MAJUMDAR, S. Social Innovation: Towards a Conceptualisation. In: MAJUMDAR, S.; GUHA, S.; MARAKKATH, N. (Eds.). **Technology and Innovation for Social Change**. Springer India, 2015. p. 7-34.
- CHUERI L.O.V., ARAUJO, R. M. “How social innovation projects are managed? Answers from a literature review”. In : **European Public & Social Innovation Review**, v. 3, p. 23- 36, 2018.
- CONDE, M. V. F.; ARAÚJO-JORGE, T. C. de. **Modelos e concepções de inovação: a transição de paradigmas, a reforma da C&T brasileira e as concepções de gestores de uma instituição pública de pesquisa em saúde**. Ciência & Saúde, 2003.
- DAMANPOUR, F. Organizational Complexity and Innovation: Developing and Testing Multiple Contingency Models. *Management Science* 42:693–716, 1996.
- D'AMARIO, E. Q.. Inovação social: uma proposta de escala para a sua mensuração. 2018. **Tese (Doutorado em Administração)** - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- DOMANSKI, D. e KALETKA C. “Social Innovation Ecosystems”. In: **Atlas of Social Innovation, New Practices for a Better Future**, Editors: Howaldt, Jürgen / Kaletka, Christoph / Schröder, Antonius / Zirngiebl, Marthe, Editora: Sozialforschungsstelle, TU Dortmund University: Dortmund. 2018.
- GRIZENDI, E. **Manual de Orientações Gerais sobre Inovação**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no âmbito do Projeto No. BRA/07/017, “Projeto de Promoção Comercial e Atração de Investimentos: Coordenação Institucional em Contexto de Aceleração do Crescimento”. Brasil, 2011.
- GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. Analyzing interpretive practice. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.) **The Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2000, p. 487-508
- HOWALDT, Jürgen; HOCHGERNER, Josef. Desperately Seeking: A Shared Understanding of Social Innovation. In: **ATLAS of Social Innovation**. Dortmund, Alemanha: TU Dortmund University,. p. 17–20, 2018.

- HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 1999.
- MAURER, A. M.; SILVA, T. N. Dimensões analíticas para identificação de inovações sociais: evidências de empreendimentos coletivos. **BBR – Brazilian Business Review**, v. 11, n. 6, p. 127-150, 2017.
- MOULAERT, F. (Ed.). **The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2013.
- MOULAERT, F. et al. Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2007.
- OLIVEIRA, M. R. G. et al. Mensurando a inovação por meio do grau de inovação setorial e do característico setorial de inovação. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, **11(1)**, p. 115-137.2014.
- PAES DE PAULA, A. P. Para Além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistemológicas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, p. 24-46, 2016.
- POL, O.; VILLE, S. Social innovation: buzz word or enduring term? **The Journal of Socio- Economics**, v. 38, n. 6, p. 878–885, 2009.
- PROLO, I.; LIMA, M.C.; SILVA, L. F. da. Os desafios na adoção da Tradição Interpretativista nas Ciências Sociais. **Revista Diálogo**. Unilasalle. n. 39, p. 25-37, set-dez. 2018
- RAO-NICHOLSON, R; VORLEY, T; KHAN, Z. Social innovation in emerging economies: resource constraints? **Management Decision**, v. 51, n. 9, p. 1772 - 1792, 2013.
- SANTANA, E. F. P; SOBRINHO, Z. A. O Interpretativismo, seus pressupostos e sua aplicação recente na pesquisa do comportamento do consumidor. **Anais do I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. Recife, 2007.
- SGARAGLI, Fabio. Social innovation, actors, contexts and trends: Opening the black box. In: **Enabling social innovation ecosystems for community-led territorial development**. Fondazione Giacomo Brodolini, Rome, 2015.
- SZMIGIN, I.; FOXALL, G. Interpretive consumer research: how far we come? **Qualitative Market Research: An International Journal**. Edinburgh, v. 3, n. 4, p. 187-197, 2000.
- TAYLOR, J. Introducing Social Innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 6, n. 6, p. 69-77, 1970.
- TEIXEIRA, C. Epistemologia. In: GALVÃO, P. (Ed.). **Filosofia: uma introdução por disciplinas**. Lisboa: Edições 70, v.1. p.99-141. 2012.
- THOMPSON, C. J.; LOCANDER, W. B.; POLIO, H. R. Putting consumer experience back into consumer research: the philosophy and method of existential-phenomenology. **Journal of Consumer Research**. Chicago, v. 16, p. 133-146, 1989.